

A CULTURA POLÍTICA DO PATRIARCALISMO

Paulo Henrique N. Martins

RESUMO: Por mais justo que seja, a tentativa de resgatar a obra de Gilberto Freyre na ampla discussão atual sobre a modernidade brasileira, é impossível se negar o comprometimento deste autor com a estratégia de **modernização** conservadora, habilmente desenhada nas primeiras décadas republicanas. A partir desta preocupação o autor do artigo procura demonstrar que o modernismo constituiu um movimento **que** também teve importantes raízes no plano político, pois ele estava condicionado por uma certa cultura política patriarcal inspirada nos valores hierárquicos e racistas do recém-eliminado sistema escravista. Esta cultura moldava uma estratégia de **modernização** que recusava **colocar** na mesa do debate os temas da emancipação da sociedade civil e da universalidade dos direitos referentes à igualdade e liberdade - que **são** os fundamentos **mo-** dernos da cidadania.

Palavras-chave: patriarcalismo, modernismo político, Gilberto Freyre, intelectuais.

Há atualmente uma certa preocupação nos meios acadêmicos de se resgatar Gilberto Freyre como uma das grandes expressões intelectuais brasileiras nos planos nacional e internacional. Este resgate faz justiça a Freyre sob dois aspectos: de um lado, desfaz o caráter sórdido dos que tentavam estigmatizá-lo como um homem de "direita" e, por conseguinte, diminuir o valor científico e literário de sua obra. De outro lado, a restauração de sua contribuição sociológico-antropológica nos presenteia com análises finíssimas sobre temas da atualidade como raça, gênero, cotidiano entre outros. Temas que permitem uma vasta compreensão do modo como a cultura nacional brasileira mol-

durou sua especificidade num mundo moderno comprometido desde sua fundação com a lógica secular da globalização, que tem como uma das suas principais expressões, como nos esclarece Giddens (1991a), a possibilidade de generalização da experiência do Estado nacional.

Este merecido resgate não é suficiente, porém, para liberar o sociólogo pernambucano da acusação de ser um intelectual conservador e um estrategista politicamente comprometido com um pacto modernizador que está na base do que conhecemos hoje como exclusão social. É isto que tentaremos demonstrar neste artigo, ao situarmos o autor pernambucano no debate relativo à constitui-

ção de um *Poder Nacional Brasileiro*, destacando-o como artesão e produto de uma cultura política que selou as primeiras décadas da República com a marca de uma lógica de poder patriarcal largamente influenciada pelos valores do escravismo. Esta cultura política impregnou visceralmente o imaginário intelectual e político da Primeira República, e os rumos concretos das atividades culturais mais significativas como o movimento modernista dos anos vinte.

Nesta perspectiva, a discussão sobre o modernismo como movimento de exaltação e fetichização do novo (Léfebvre, 1969, p.198), não se restringe, a nosso ver, àquelas atividades culturais, artísticas e literárias da década de vinte conhecidas como *movimento modernista*, na medida em que suas raízes adentram-se no pensamento autoritário republicano representado por nomes como Alberto Torres, Oliveira Viana, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, entre outros. Se ampliarmos com uma lente grande angular nosso olhar sobre o modernismo, observamos que o debate sobre a cultura brasileira está diretamente comprometido com uma tradição intelectual autoritária que já preparava desde as décadas imediatamente anteriores, o projeto de organização da sociedade nacional via fortalecimento do poder estatal. Neste sentido, poderíamos dizer que o *modernismo político* brasileiro presente já nas primeiras décadas do século XX não deixa de ser uma certa "exaltação do novo", já que o debate intelectual visava reorganizar a sociedade política dentro do contexto de uma ordem republicana e democrática nova, quando comparada com a ordem escravista anterior. O problema, como tentaremos demonstrar a seguir, é que este *modernismo político*, que preparou a efervescência cultural dos anos vinte, está condicionado por uma cultura política patri-

areal que reproduz a lógica tirânica da Tradição.

Por trás da produção intelectual das primeiras décadas, estava o esforço de viabilização da *modernização conservadora* e da criação de uma estratégia centralizadora pela qual a sociedade moderna poderia vir a se instalar sem uma ruptura perigosa com a antiga estrutura de poder herdada do sistema escravocrata. Assim, o debate cultural de então girava em torno da idéia de criação de uma *cultura nacional brasileira*, considerada como necessária para legitimar a instituição de um sólido *poder nacional*. Face às ameaças de inviabilidade da ordem constitucional pelos movimentos separatistas e pelas reações oligárquicas; a sociedade civil em formação sentiu-se atraída, compreensivelmente, pelo debate sobre a modernização da sociedade e pelas possibilidades de realização da unidade da língua, dos costumes, da raça e da religião no interior do *território nacional*. Um debate que ambicionava a construção de um *tipo brasileiro*, i.e., de uma personalidade essencialmente nacional que seria vista como necessária para produzir simbólica e politicamente a *sociedade nacional brasileira*.

Dada a heterogeneidade socio-econômica e cultural do Brasil naquele período e a dominação de uma ordem patrimonial conservadora, compreende-se que estas idéias não estavam centradas nas bandeiras modernas da liberdade e da igualdade dos indivíduos. Estas bandeiras eram assumidas pela "Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão" redigida pelos revolucionários franceses como sendo o primeiro compromisso do movimento: "Art 1: Os homens nascem livres e iguais em direitos. As distinções sociais apenas podem ser fundadas sobre a utilidade comum" (Gauchet, 1989). No caso do Brasil, cuja estrutura de poder apenas tinha se libe-

rado frouxamente do trabalho escravo, a discussão sobre universalidade de direitos era vetada por um imaginário histórico que apenas absorvia a possibilidade de constituição de uma identidade étnico-cultural que servisse para fundir os diversos tipos raciais e étnicos existentes. No Brasil, explicava Viana, os direitos não eram universais como preconizavam os iluministas na Europa porque os homens negros não podiam cultivar as mesmas aspirações superiores do branco:

"Os negros, logo que são sujeitos à disciplina da senzala, podem ser assimilados à raça superior desde que sejam submetidos por seus mestres a certas práticas de moralidade e de sociabilidade. No entanto, quando eles foram entregues a seus próprios destinos no momento da abolição da escravatura, eles tomaram o caminho da decadência até se encontrar na situação degenerada que constatamos hoje" (Viana, 1933, p.188).

Segundo ele, a possibilidade de criação de mestiços superiores dependia das oligarquias:

"Isto pode parecer paradoxal, mas numa democracia como a nossa, as oligarquias sempre foram nossa felicidade. Nosso grande problema, não é de eliminar as oligarquias, mas antes de transformar e de os fazer passar da condição de oligarquias brutas para oligarquias esclarecidas" (Viana, 1933, pp,173-74).

Assim, o pensamento autoritário cultivava a hipótese de um Estado forte dirigido por uma elite conservadora mas capaz de administrar a heterogeneidade racial, assim como tinha sido feito durante séculos pela ordem patriarcal ao manter sob controle mandonista a ordem social e política. A nosso ver, este aspecto está subjacente ao debate modernista se o encararmos no ângulo político aqui sugerido. Por conseguinte, uma compreensão mais ampla da obra de Freyre exige que o seu discurso sobre raça e identidade sejam localizados no imaginário de uma ordem patrimonial-oligárquica desejosa de criar

novos mecanismos de regulação do poder capazes de eliminar os riscos do conflito político e social. As possibilidades de renovação deste pacto oligárquico dependiam, assim, da elaboração de um arco institucional que minimizasse os problemas políticos postos pela administração de um território nacional de grande dimensão física. Neste artigo, procuramos, logo, situar o debate sobre o nacional e o regional nos limites dos condicionantes sócio-históricos da modernização conservadora, i.e. uma modernização que mobilizava a discussão cultural e política da unidade nacional a partir de uma leitura conservadora e racista do caráter histórico do indivíduo brasileiro. Esta leitura, conforme foi salientado, não correspondia absolutamente aos ideais de liberdade política proposta pela modernidade europeia e norte-americana, cujas substâncias últimas no entender de Arendt eram devidas à existência de um espaço público comum num mundo politicamente organizado onde os homens podiam se encontrar para exercer a palavra e a ação (Arendt, 1972, p.192).

Consideramos interessante, para delimitar a singularidade da cultura política republicana que reproduz as contradições da modernização conservadora, confrontar Freyre com Torres. Destacaremos por esta via as diferenças entre a vertente urbano-nacional - que na falta de **expressão** mais apropriada denominaremos de *modernismo político nacionalista* e já presente em Torres - e uma outra, agrário-regional - representada por Freyre, que chamaremos de *modernismo político regionalista*. Se a primeira, a nacionalista, traduzia a inquietação da sociedade civil em formação nos grandes centros, a segunda, a regionalista, exprimia os interesses de preservação da ordem patriarcal, que eram mais visíveis em províncias tradicionais como as do Sul e do Nordeste do Brasil. Freyre não

constitui o centro deste artigo, mas sim a cultura política que o envolveu e determinou o seu imaginário intelectual. Pensamos que este enfoque pode contribuir para melhor situar o sentido do debate acadêmico que procura resgatar a obra do Mestre de Apipucos no interior da modernidade brasileira.

A modernização oligárquica

As instituições republicanas, sabe-se, foram fortemente abaladas por algumas fortes tensões no primeiro período republicano. De um lado, as tensões produzidas pelos movimentos de centralização/descentralização do poder político, de outro, aquelas geradas entre os novos atores urbanos desejosos de participarem da vida política e as oligarquias tradicionais, que repeliavam a possibilidade de surgimento de uma esfera pública independente. A Primeira República brasileira pagou, então, o preço das contradições de um Estado que alardeava o ideal ocidental da modernidade sem romper radicalmente com a tradição escravagista, i.e., introduzindo um modelo constitucional democrata numa sociedade ainda fortemente marcada pelo antigo poder patrimonial-oligárquico.

As manifestações políticas e culturais sobretudo nas décadas de dez e vinte sinalizavam, por conseguinte, para uma saída burocrático-autoritária já que os movimentos organizados da sociedade civil eram impotentes face às resistências impostas pelas oligarquias econômicas e pela burocracia estatal. Estas projetavam uma modernização econômica nacional que não rompesse com a lógica particularista tradicional, o que foi obtido pela ampliação do papel do Estado, de modo geral, e do Poder Central, de modo particular, na organização da sociedade nacional. A lógica desta intervenção era dada pela práxis clientelista que, sem abandonar os elementos

centrais da cultura doméstica patrimonial, foi parcialmente adaptada à lógica econômica e industrial, ao longo do processo. Esta estratégia permitiu às elites tradicionais guardar o controle político sobre as tendências autônomas do mercado em expansão, facilitando uma acumulação de riqueza "sem riscos" para os grandes proprietários de terras (incluindo-se aqui o risco que estes conheceriam ao presenciarem o eventual sacrifício da onipotência patriarcal em benefício da instituição da cidadania). Revelavam-se, assim, as ambigüidades de uma sociedade em processo de urbanização na qual os signos efetivos do moderno se defrontavam com a resistência frontal da sociedade agrário-oligárquica aos novos padrões políticos e culturais que cultivavam a liberdade e a igualdade dos indivíduos na organização do espaço público, padrões que Tocqueville (1981) considerava fundamentais para o sucesso da democracia americana. Este esforço de criação de uma sociedade moderna, que não destruísse a antiga estrutura **de** poder, ultrapassava os limites do campo político-partidário e da ordem doméstica tradicional, já que sua significação simbólica apenas podia ser produzida no campo intelectual.

Por conseguinte, o debate, ao mesmo tempo que foi condicionado pelas injunções históricas da modernização conservadora, contribuiu para dar uma coerência discursiva a uma ordem política fraturada pela presença de duas lógicas de poder contraditórias: a patrimonial-oligárquica e a utilitarista-burguesa. A primeira, a lógica hierárquica e particularista própria ao poder patrimonial, era continuamente ameaçada pela segunda, a individualista mercantil, denominada por Caillé (1989) de "utilitarista generalizada", e que havia sido importada do hemisfério norte através do pensamento liberal. Não é surpre-

endente, pois, verificar que esta produção intelectual da primeira parte do século revela o prestígio de certos intelectuais que reuniam ao mesmo tempo os status de homens políticos e de burocratas articulados. A própria forma piramidal desta sociedade contribuía, e continua a contribuir, para reforçar o poder de certos "homens da ciência", o que às vezes é difícil de ser compreendido por um observador europeu acostumado com a distância regulamentar entre a Academia e as instituições políticas.

A formulação doutrinária e política da modernização conservadora e de um Estado centralizador **dependeu** significativamente destes homens. No campo simbólico, o ideal de uma modernização respaldada por um poder central forte e com traços de onipotência é explicado pela herança autoritária de uma cultura patrimonial pré-moderna. Esta cultura conhecia apenas parcialmente, no plano imaginário, o assassinato do Pai pelos filhos que Freud (1965) considerava como o ato fundador do social, e que Barus-Michel (1991) mesmo concordando com a hipótese, procura restringir sua validade para a fundação da cultura ocidental moderna. Ou seja, numa sociedade como a brasileira da época, recém-saída do escravismo, a fundação do social permanecia como uma iniciativa precária na medida em que as forças do agrarismo e do patriarcalismo inibiam as tentativas emancipatórias da ordem urbano-industrial. Assim, o culto de um Estado centralizador aparentemente moderno tornou-se possível pela adaptação progressiva, no campo simbólico, da mitologia europeia contemporânea (o Estado, a Nação, a Pátria, o Povo, o Progresso, etc.) aos conteúdos axiológicos e às referências institucionais da antiga ordem patriarcal. Consequentemente, a ausência de

uma ruptura histórica de grande porte, na passagem para a ordem pós-escravagista no momento de inauguração da República, limitou politicamente o debate sobre os direitos do cidadão e as condições de seu exercício, independentemente de raça, sexo ou situação social.

Ao contrário, o continuismo favoreceu a sobrevivência da figura arcaica do Patriarca - ou Mestre - que nas revoluções modernas foi obrigada a se desmembrar numa série de campos institucionais relativamente autônomos, e.g., os da economia, do político, da **arte** e da ciência. A figura do Mestre tem correspondência na mitologia tradicional com aquela de Cronos-Saturno, que possui uma significação bipolar: é positiva quando expressa o Pai-guardião, protetor dos filhos e da Casa; é negativa quando representa o pai devorador.

"O reflexo negativo desse lado fenomenológico do arquétipo, lembra Stein; é uma consciência submersa em convenções e hábitos, e um respeito ao dever definido pelas normas coletivas prevaletentes. Um dilúvio gástrico de valores, padrões de pensamento, gostos, disposições, atitudes e opiniões da cultura predominante dissolve qualquer traço da experiência individual e de reação espontânea" (Stein, 1979, p.83).

Nas sociedades modernas europeias, como o sugeriu Freud, o caráter dominador e tirânico deste Pai que monopolizava todas as mulheres teria sido eliminado pela reação coletiva dos irmãos, que o **assassinaram** e criaram a sociedade. No caso de sistemas como o brasileiro onde é acentuado o peso da tradição patriarcal, pode-se avançar na hipótese que a força simbólica do Patriarca continua a reger em larga escala as relações domésticas e a organização da vida pública. Claro, com a organização dos Estados Nacionais, a burocracia dirigente assume muitos dos papéis que antes eram exercidos pelas oligarquias agrárias locais. Mas os processos transferen-

ciais vividos pelos indivíduos recém-saídos de uma ordem hierárquica rígida continuam a ter como objeto os símbolos tradicionais encarnados nas instituições do Estado, no corpo dirigente e nos grandes intelectuais.

Na sociedade brasileira desta época, esta referência mítica era objeto ainda de dois tipos de desejos: um, o de prestar um culto ao Mestre personalizado - por exemplo o culto aos líderes oligárquicos carismáticos -, outro, o de louvar o Mestre não personalizado - cuja representação mítica se aproxima das estruturas burocráticas modernas tal como foram desenhadas por Weber (1964). Se, no primeiro caso, a presença do Pai simbólico reforça o espírito comunitário e a força dos patriarcas, é antes de tudo a expressão da liberdade política vigiada do indivíduo anônimo que favorece ao segundo. O debate intelectual e político que culminou com o movimento modernista revelou, logo, o contexto assimétrico da sociedade brasileira pós-escravagista, onde um poder oligárquico e patrimonial bem estruturado realizava uma disputa desigual com os fracos movimentos sociais que reivindicavam a criação de uma esfera pública. A modernização urbana contrariava permanentemente a tentativa de se mitificar a Tradição, e de se justificar a ideologia racista que via no embranquecimento da população negra a saída viável para organizar o caráter nacional brasileiro. Deste modo, o ideal integracionista do pensamento conservador - o ideal da mestiçagem racial - continuava a aparecer para este pensamento como uma fórmula atraente para se fundar uma sociedade "cordial" que não ameaçasse o domínio patriarcal.

As elites apostavam que a expansão urbana e industrial poderia reforçar a estratégia corporativa hegemônica, através da qual o privilégio da liberdade e da igualdade per-

maneceriam restritos aos "brancos" que frequentavam o círculo estreito de um poder patriarcal normalizado pelas referências personalizadas, pelos nomes de família e pelos títulos e condecorações. O fortalecimento do *Poder Nacional Superior* através da centralização das funções do Estado - politicamente viabilizado com os acontecimentos de 1930 - e a adaptação dos mecanismos de controle clientelistas às novas exigências políticas permitiram, na prática, a realização desta primeira grande tentativa de atualização da ordem dominante tradicional no período republicano. Esta tentativa implicou o esforço de regulamentação, ao nível das elites, dos imaginários oligárquicos e burgueses. Porque a unidade de um poder nacional forte deveria necessariamente resultar da conciliação de todos os interesses dominantes em tomo de um planejamento espacial e setorial das atividades econômicas, administrativas e fiscais, evitando a generalização da contestação política.

Tais tensões contraditórias alimentaram o trabalho intelectual de adaptação à ordem patriarcal tradicional do mito moderno da *Nação*, cujo sentido etimológico está ligado a idéia de "nascimento". Fazer nascer na jovem República brasileira uma nova solidariedade política capaz de satisfazer, ao mesmo tempo, o orgulho do Mestre de escravos e os sentimentos rebeldes dos jovens desgarrados, eis o desafio com que se depararam os modernistas políticos, estes artesões do trabalho de criação do Estado Nacional conservador!!!

A simbólica **Brasil**

No plano imaginário, a representação da modernização patrimonial foi ordenada a partir da síntese produzida pelo fortalecimento do sistema simbólico *Brasil* ao conciliar as

forças de modernização e de conservação. O *Brasil* constitui, logo, a síntese de uma arquitetura simbólica que justificou a renovação do poder patrimonial colonial e de suas funções de coordenação político-administrativa do território nacional com vistas a preservar o monopólio do Mestre sobre os recursos coletivos, em particular as terras produtivas. O Brasil pode ser visto, assim como uma significação simbólica particular que dá sentido histórico à instituição do Estado nacional, ao forçar os signos modernos a se adaptarem à lógica tradicional. A fusão das lógicas contraditórias de modernização e de conservação em tomo de um mesmo projeto político, foi concretizada pelo fortalecimento de uma trama onde os países industrializados passavam a ser vistos como os principais obstáculos à emancipação econômica nacional. Esta projeção sobre os "inimigos externos", ao mesmo tempo que escamoteava os conflitos sociais internos - como foi provado repetidas vezes ao longo do século atual -, contribuiu para reforçar a modernização das elites brasileiras. Desta maneira, a legitimidade ideológica do símbolo *Brasil* se vê ligada a vagos sentimentos de emancipação patriótica que aparecem e se orientam no âmago da trama modernizadora internacional. Devido à reação conservadora, porém, estes sentimentos não conseguiram plantar sementes sobre aquilo que Castoriadis (1975) considera central para a instituição da modernidade: o desejo de instituição auto-reflexiva da sociedade através da emancipação dos indivíduos que a constituem, como lembra Elias (1991), os quais são frutos dessa mesma sociedade.

O discurso aparentemente progressista veiculado pelos grandes intelectuais durante o trabalho de constituição do mito *Brasil* e da organização simbólica do Estado-Nação como instituição sócio-histórica foi útil para

esconder a falta concreta de um espaço de liberdade política fora do território de poder das elites, e animado por uma sociedade civil autonomizada e organizada. A presença das forças tradicionais no jogo da modernização e a consequente marginalização daquelas mais progressistas foi assegurada **pela** disposição em forma de pirâmide do poder patrimonial, que serve para restringir até hoje o acesso ao Estado e garantir a distribuição particularizada dos recursos públicos. Por esta via, os grupos oligárquicos agrários mais conservadores conseguiram preservar o controle político de grande parte dos organismos públicos criados pelos governos estaduais e pelo governo federal para assegurar o planejamento da modernização econômica, o que é saliente nas áreas mais pobres. Esta pressão conservadora sobre a modernização do Estado brasileiro foi legitimada pela imagem do tradicionalismo e do saudosismo colonial, o que explica porque a simbólica republicana do Brasil está desde os primeiros tempos, e sobretudo a partir da década de trinta, fraturada entre o progressismo e o conservadorismo.

A "instituição imaginária" do *Nordeste* - trabalho que tem lugar efetivamente a partir dos anos vinte - respondeu a esta necessidade de passagem do conservadorismo do plano do simbólico ao plano do institucional. O *Nordeste*, primeiro como sistema simbólico e depois como sistema cultural, político e administrativo, resultou do esforço de se cultivar o orgulho coletivo em tomo das idéias e das práticas tradicionais e seculares. Trata-se de um símbolo que foi forjado a partir da reação conservadora às pressões de modernização institucional (organizacional, econômica, jurídico-política, social, cultural, etc.), já que é próprio das sociedades mais tradicionais a reação ao novo e ao imprevisível.

vel, que são absorvidos como ameaças reais às instituições estabelecidas. Por conseguinte, a incapacidade da Tradição de se questionar, de se refletir e de criticar suas próprias crenças e dogmas explica as resistências da política local a um processo de secularização do poder temporal, vista por Berger (1993) como ligada necessariamente à liberação e à autonomização dos processos econômicos e por Lefort (1986) como vinculada à autonomização do Direito e do Político com relação ao poder do Príncipe.

A modernização conservadora tendeu a privilegiar alvos externos que servissem para afastar as dúvidas. **É** os questionamentos sobre a organização do poder **temporal** patrimonial. Ao mesmo tempo, contribuía para mobilizar a comunidade na visualização do inimigo externo e na defesa de uma ordem política submetida aos códigos de valores e à lógica de poder oligárquica. Num momento inicial, o da Primeira República, o alvo exterior era definido em função dos interesses mobilizados a partir de um grupo referente. No plano mais geral, o inimigo exterior era o imperialismo mercantil, enquanto no plano mais restrito - o das oligarquias periféricas brasileiras -, o inimigo era o capital paulista. O desdobramento das tensões e conflitos políticos neste segundo plano foi central para o desfecho da crise de 1930. Assim, ao lado da dependência exterior, o imaginário oligárquico brasileiro era nutrido por ressentimentos em torno de uma certa dependência interior que fixava de um lado, a tensão geográfico-populista criada entre o governo federal e as unidades estaduais, e, de outro, a expansão da economia de mercado no Sudeste do país, gerando uma nova divisão territorial do trabalho com importantes repercussões no plano social (Castro, 1975).

Nessa perspectiva de análise, podemos dizer que *São Paulo* como um sistema simbólico que referenciou o do *Nordeste* também foi referenciado pela Tradição, reproduzindo no seu processo de institucionalização as fraturas originárias produzidas pelas tensões de mudança e de conservação. Assim, *São Paulo*, no plano simbólico, aparece igualmente como uma consequência da necessidade da ordem patrimonial de afirmar seu discurso modernizador. Esta representação simbólica "progressista" legitimou-se de duas maneiras: a partir da polarização "imperialista" no plano internacional e a partir do geográfico-populista no plano interno. A dualidade simbólica complexa que criou o mito da *Nação-Brasil* ao longo das primeiras décadas deste século é, por conseguinte, a mesma que serve de base à instituição do poder do Estado, enquanto poder nacional e poder regional. Um e outro são manifestações ambíguas de um mesmo *poder nacional superior*, i.e., as representações Brasil-Nordeste/São Paulo e nacional/regional, são expressões simbólicas concretas de um sistema mítico de origem europeia adaptado e implantado num espaço controlado tradicionalmente pelo Mestre.

A reflexão sobre os símbolos *Nordeste* e *São Paulo* na construção de uma simbólica nacional conservadora é decisiva para se compreender a trama da inserção dos **interesses** arcaicos na constituição de um *Poder Nacional*, que se propunha reformador. **Assim**, a complexidade do projeto modernizador deve-se ao fato de conciliar de maneira problemática e não satisfatória, impulsos contrários de *transformação* e de *conservação* da sociedade. O impulso de transformação é o a constituição de uma sociedade moderna aberta em princípio à participação das massas urbanas no processo político. Neste sentido,

todas as iniciativas tomadas pelo regime republicano para a regularização jurídica do trabalho e para a criação de mecanismos de organização e de participação política universais, na Primeira República, mostram a distância que separa este regime da sociedade escravagista do século XIX. Aqui, a questão de identidade individual era secundária pois a ordem clânica submetia os membros do grupo a uma lógica patriarcal que reproduzia com punhos de ferro o escravismo. O pensamento conservador republicano, diferentemente, propõe uma outra cultura política pela qual o poder tradicional fosse obrigado a reorganizar-se sobre novas bases políticas para viabilizar a formação do Estado-Nação. O fortalecimento do Poder Central resultou deste esforço de constituição de uma unidade nacional complexa e capaz de articular a grande variedade de núcleos locais de poder que no período escravista e na primeira fase republicana insistiam em desafiar a autoridade política máxima. O problema maior da preservação da natureza hierárquica deste poder foi administrado parcialmente pela ampliação do sistema de clientelismo e da cooptação, pela valorização de uma ideologia integracionista sob o ponto de vista cultural, e pelo reforço das funções repressivas do Estado, quanto ao controle do território.

a. Alberto Torres e o modernismo político nacionalista

Uma das personalidades mais importantes desta vertente foi Alberto Torres, mixto de político, de jurista e de jornalista, cujas teses sobre a *organização nacional* influenciaram o debate intelectual e político legitimador de uma opinião pública ativa, que se mostrava **largamente** articulada nas grandes cidades brasileiras durante a Primeira República. O prestígio deste intelectual junto a certos atores que tiveram importância na

crise do final dos anos vinte pode ser avaliado pela influência que exercia sobre os jovens militares "tenentes". Estes lhe prestaram homenagem, dando seu nome à associação das militares revolucionárias criada em 1932 (Associação dos Amigos de Alberto Torres).

O diagnóstico de Torres sobre a conjuntura está centrado **sobre** a identificação de dois problemas cujas eliminações seriam necessárias, a seu ver, para permitir o retorno à normalidade: um, *a dominação política dos interesses econômicos ligados à exportação do café*. o outro, *o sistema político descentralizado* (a federação oligárquica), igualmente controlado pelas classes cafeeiras.

Suas **críticas** ao comércio exportador foram **influenciadas** pelas imagens do mercado colonial e do imperialismo mercantilista:

"nós somos atraídos pelo desenvolvimento comercial sem nos darmos conta que este desenvolvimento representa a conquista, a sucção, a drenagem de nossas riquezas arrancadas violentamente da terra para o lucro de nossas metrópoles econômicas" (Torres, 1978, p.94).

Para ele, esta política de favorecimento dos interesses estrangeiros era facilitada pelo sistema federativo republicano:

"Toda nossa circulação econômica fictícia é o produto de uma federação de feitorias controladas pelos estrangeiros, desde o mercado local até as sociedades de exportação e importação, passando pelos caminhos de ferro, as usinas, o comércio e os bancos. Estes estrangeiros só fazem enviar a seus países quase todos os frutos de nossa terra sob forma de produtos, de lucros comerciais, industriais e bancários e de rendas de natureza diversa" (Torres, 1978, pp. 16-7).

Para eliminar esta influência enganadora na vida política do país, Torres propôs a elaboração de um *pensamento brasileiro* que não fosse inspirado nem "da filosofia revolucionária do preconceito *igualitário*. de Jean Jacques Rousseau, nem do materialismo his-

tórico de Karl Marx". Sua visão do homem mostra-se, logo, mais próxima daquela representada pelo homem selvagem de Hobbes que para acessar o domínio do justo necessitaria de um Estado poderoso (Hobbes, 1982). Ele acreditava que as forças sociais eram reduzidas, em última instância, às vontades, aos atos e às relações positivas, verificáveis e observáveis. Estas forças, dizia, "obedecem a impulsos muitas vezes individualistas e imediatos e quase sempre egoístas" (Torres, 1978, pp.116-17). Em uma sociedade onde a liberdade e a igualdade políticas eram então muito limitadas, como a brasileira na época, o apelo ideológico à formação da *unidade nacional* favorecia os impulsos de reforço do mito de um *poder superior onisciente*. A descentralização republicana encerrava, segundo ele, um poder explosivo perigoso:

"O Estado (federativo) é no Brasil um fator de dissolução. A influência dos interesses anti-sociais - criados e alimentados em torno do poder público, desde as municipalidades até a União - sobre a vida brasileira é um problema cujas conseqüências não foram ainda bem compreendidas pelos observadores da causa pública. Este regime deve ser substituído por um outro que possa bem orientar a responsabilidade da geração presente em relação ao futuro do Brasil" (Torres, 1978, p.23).

O alarme sobre as possibilidades de dissolução da "jovem nação" pelos interesses "egoístas" e "anti-patriotas" tocavam de uma maneira particularmente aguda os sentimentos de uma certa juventude nacionalista. Destacava-se dentro desta os jovens oficiais das forças armadas, que manifestaram em várias oportunidades seus descontentamento sobre o formato federativo da República. Com efeito, o discurso positivista de Torres, algumas vezes inspirado em imagens tomadas da biologia, contribuiu para a formação de um sentimento político aparentemente anti-oligárquico. "O homem, dizia ele, é uma

energia viva e a sociedade é a soma de todas estas energias vivas e autónomas". Ele dirigia suas críticas às antigas oligarquias sem, entretanto, conseguir firmar uma reflexão alternativa sobre a ideologia industrialista:

"Nosso nacionalismo não é nenhuma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário que pressupõe uma idéia mais forte do sentimento de espírito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora" (Torres, 1978, p.133). Contudo, este movimento não podia se realizar sem a colaboração das forças armadas, pois "a nação que se ressentia da falta deste órgão está condenada a ser dissolvida e, se o momento é favorável, a ser conquistada por outros povos mais fortes, melhor governados" (Torres, 1978, p.117).

Torres visualizava uma concepção do nacionalismo que nutria as aspirações de um estado centralizador e suficientemente poderoso para regenerar a sociedade doente e proteger as massas urbanas angustiadas e acuadas pela ordem tradicional. Um Estado capaz de assegurar "a proteção ao trabalho livre, da iniciativa individual, da pequena produção e da distribuição de riquezas". Esta nacionalidade, afirmava ele,

"é a vida de um povo, estimulado pelo calor e a energia de um espírito, pela saúde de uma economia. Nós devemos fundar a economia de nossa pátria revelando o espírito dessas raças e tendo em conta sua natureza tropical. Por isso, só existe um caminho: aquele de traçar a política desse espírito. Para tanto é preciso criar uma consciência nacional" (Torres, 1978, p.47).

A ambigüidade do *modernismo nacionalista*, enquanto projeto de modernidade para o Brasil, estava presente na heterogeneidade de alianças políticas que veiculavam ambições muitas vezes opostas, e.g., as alianças entre civis, militares e oligarquias fundiárias tradicionais contra a burguesia cafeeira. Estas contradições eram provisoriamente compatibilizadas unicamente em louvor de

um mito comum a todos: o Estado protetor, vivido imaginariamente pelos protagonistas da época como um Pai simbólico suficientemente poderoso para organizar a modernização nacional. Assim, a disputa política era na época condicionada por uma hierarquia de poder piramidal, fundada numa lógica particularista e excludente que interditava o aparecimento do princípio da publicidade, que permitiu à burguesia européia, como lembra Habermas (1978), fazer face ao absolutismo do Estado pré-moderno.

A rigidez da lógica patrimonial-oligárquica que dominou os acontecimentos de 1930, nos esclarece porque a espada da revolução abateu-se justamente sobre as forças que então veiculavam a mais forte dinâmica econômica no seio da sociedade brasileira da Primeira República: aqueles representadas pelos produtores e comerciantes de café no Sudeste, principalmente em São Paulo. Entre os que foram punidos pelos impulsos cegos da crise político-militar, encontravam-se os industriais paulistas que pagariam o preço da dependência política frente aos cafeicultores e da impossibilidade de defenderem uma outra outra bandeira mais condizente com os interesses da indústria. Paradoxalmente, entre os vencedores se encontravam as oligarquias provincianas economicamente mais atrasadas, que exigiam uma intervenção e uma proteção mais forte do Estado nas atividades agrícolas tradicionais. Para melhor compreender o papel destes grupos que legitimam a ordem patrimonialista como um poder político essencialmente conservador é preciso refletirmos sobre o que comporta o imaginário do *modernismo regionalista*. O discurso de Freyre veiculado em algumas obras clássicas de sua autoria (*Casa Grande & Senzala*, *Sobrados e Mocambos*, *Ordem e Progresso*) situa as significações gerais de um imaginário

tradicional fortemente atado ao símbolo do patriarcalismo. Entretanto, é através do Manifesto Regionalista onde ele procura atualizar o imaginário patriarcal como fundamento político da organização nacional. -

b. Gilberto Freyre e o modernismo político regionalista:

O movimento intelectual conservador cresceu sobretudo nas antigas províncias exportadoras do Norte e do Sul (e.g., Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia) que representavam, até a emergência internacional do café no século XIX, importantes referências da vida econômica, cultural e política do Brasil. A descentralização republicana e a ascensão dos cafeicultores sobre a política nacional nas primeiras décadas do atual século provocaram uma reação das oligarquias politicamente marginalizadas na cena nacional. Estas tinham dificuldades de convivência com a experiência da autonomia decisional inerente à economia capitalista, e que era incentivada pelas possibilidades dos estados federativos poderem até mesmo negociar diretamente seus empréstimos com países estrangeiros, como atestou Dennis (1909). Assim, a reação regionalista voltou-se para o fortalecimento das tradições culturais afim de provar a legitimidade suprema e a atualidade do *espírito regional e tradicional* na constituição do verdadeiro *homem brasileiro*. Aí se encontra o elemento central que vai alimentar o *modernismo regionalista* e a produção do *Nordeste* como um mito importante para a construção do Estado modernizador.

Os principais problemas deste movimento são aparentemente similares aos do *modernismo nacionalista*, como a crítica à organização política da Primeira República e a recusa aparente da influência das idéias estrangeiras, que era considerada como um dos grandes fatores responsáveis pela instabilidade

de social e pelas dificuldades na criação de uma verdadeira *cultura nacional*. Mas as coincidências desaparecem logo que se constata os fins que motivam um e outro **modernismos**:

Apesar de cúmplice da Tradição, o *modernismo nacionalista* tinha uma dinâmica inovadora, uma cumplicidade com o urbano e com os novos estilos de vida. As pressões das massas urbanas estavam presentes no lado moderno da modernização conservadora. O *modernismo regionalista* esteve, pelo contrário, voltado para o passado, e para a preservação das formas políticas patrimoniais tais como o mandonismo, pregando a conservação dos símbolos culturais baseados sobre o agrário, sobretudo aqueles da escravatura e do "caudilhismo". Daí Freyre afirmar que tal como o nordestino, o narcisismo gaúcho lhe dava alegria "por contemplar um progresso que não destruía sua personalidade regional" (Freyre, 1941, p.248).

Sem exagerar, pode-se dizer que as duas vertentes do debate intelectual aqui assinaladas usavam como estratégia de legitimação popular a definição de um mesmo inimigo externo que terminou sendo encarnado pelas classes cafeeiras. Também propunha uma representação autoritária e conservadora da Nação, ao louvar a renovação do patriarcalismo e tentar suprimir a questão da cidadania que implica, como lembra Turner (1993), em uma série de pré-condições estruturais e culturais, e.g., uma cultura cidadina, um trabalho de secularização, o declínio dos valores particularistas, a emergência da idéia de esfera pública e a erosão dos acordos privados na gestão do Estado-nação. O veto oligárquico à cidadania foi justificado, logo, pela elevação da questão racial ao cume do debate sobre modernização e formação da identidade nacional. Por trás do *movimento*

regionalista, identifica-se, conseqüentemente, uma reação conservadora contra as transformações históricas da época, que eram testemunhadas pela expansão dos grandes centros urbanos e pelas novas reivindicações sociais. Esta reação oligárquica estava centrada sobre dois pontos: *a dominação política crescente dos paulistas* e o *sistema político descentralizador*.

No seu Manifesto Regionalista, inspirado numa manifestação cultural de 1926, em Recife, Freyre conseguiu exprimir de uma maneira bastante clara os fundamentos do pensamento conservador e oligárquico. O raciocínio de Freyre apoiava-se em dois pontos: o primeiro fala da disputa política direta entre as oligarquias tradicionais e os empresários paulistas como de um problema importante mas secundário no contexto mais global da manutenção da ordem política. Essas disputas, dizia ele, seriam antes de tudo "nobres" e se aí encontravam-se interesses "egoístas", isto viria daqueles que queriam o "estadualismo" (reivindicação dos paulistas). O segundo ponto revela o desejo de isolar, *a priori*, todas as interpretações que podiam sugerir uma vontade política separatista da parte das províncias do "Norte":

"A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria de confundir com o separatismo. o bairrismo. o anti-internacionalismo. o anti-universalismo ou ainda o anti-nacionalismo. Este regionalismo declara-se contra todo o separatismo qualquer que seja ele e por uma unidade ainda mais desenvolvida que a atual e precária unidade brasileira; ele visa ultrapassar o estadualismo. Esse estadualismo, que foi infelizmente desenvolvido e certamente encarnado nesta República pelo separatismo. deve ser substituído por um novo sistema mais flexível. no qual as regiões mais importantes que o Estado considerado individualmente. completem-se e se integrem ativamente e criativamente numa verdadeira organização nacional" (Freyre, 1966, p.32).

É a partir do "regionalismo tradicionalista-modernista", expressão elaborada por Freyre para designar o movimento, que o *Nordeste* tomou-se um mito secular fundamentalmente para a instituição do *poder nacional*. A idéia de *Nordeste*, tal como ele a formula, submete-se expressamente à de *Nação* através de uma constelação simbólica na qual o mito da Nação ganha visibilidade através de uma hierarquia de elementos, as *Regiões*, reveladora da unidade nacional. Freyre procura reforçar a leitura da *Nação* vendo-a como uma matriz cultural espacial, i.e., o produto de uma soma de territórios regionais. Isto lhe permitiu minimizar o problema da cidadania na obra da nação moderna e de reafirmar o imaginário patriarcal comunitário. Por esta operação intelectual, a tradição cultural patrimonialista valorizada enquanto elemento importante de identidade nacional, **enquanto** outras variáveis propriamente reveladores do moderno, como as manifestações sociais autônomas, como nos lembra Godoy, foram deixadas em segundo plano (Godoy, 1984, p.23). "É o conjunto destas regiões que formam verdadeiramente o Brasil", dizia o Mestre de Apipucos.

"Nós somos um conjunto de regiões antes de ser uma união arbitrária de estados, uns maiores, outro menores, ocupados em se comdarterem neste momento, da mesma maneira que certos Estados: a Bulgária, a Sérvia e o Monte Negro. Estes estados brasileiros se comportam como partidos políticos - São Paulo contra Minas, Minas contra Rio Grande do Sul - numa trama muito perigosa em favor da unidade nacional" (Freyre, 1966, pp.32-3).

Entre as *Regiões*, Freyre toma como exemplo o *Nordeste* devido a importância que conheceu no passado:

"É provável que nenhuma região do Brasil ultrapasse o Nordeste por sua riqueza de tradições ilustres e sua superioridade de características. Muitos valores regionais tornaram-se valores nacionais, menos por sua superioridade

econômica do açúcar do Nordeste que pela sedução e a fascinação estética destes valores... Como poderíamos explicar, então, que nós, os filhos de uma região tão criativa, abandonaríamos agora as fontes e as raízes dos valores e das tradições das quais o Brasil inteiro se regozija e se beneficia como valores basicamente nacionais" (Freyre, 1966, pp.34-5).

Entre estes valores, a autor nos lembra a presença do homem **mulato** do *Nordeste*, como a expressão mais autêntica do homem brasileiro.

Freyre contribuiu decisivamente para uma definição "científica" do *Nordeste*, que serviu para orientar a reorganização do poder oligárquico nas **relações** de força presentes ao nível do poder central. As oligarquias tradicionais e periféricas declararam-se como força única sobre o plano nacional, legitimando-se pela necessidade de defesa dos interesses gerais do *Nordeste* perseguido, despojado injustiçado e abandonado pelos poderes públicos. Assim, as oligarquias fundiárias conseguiram se "atualizar" no jogo modernizador de um lado, reforçando as antigas formas de controle político **local** e, por outro lado, neutralizando parcialmente as reações transformadoras de lutas urbanas.

É este mito brasileiro moderno instituído a partir da valorização da tradição colonial que, por sua força, orientou a ordem patrimonialista e legitimou as estratégias políticas das oligarquias tradicionais. A partir de 1930, com a criação de certos organismos pensados como meios de intervenção federal nas antigas províncias do Norte, como o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca), o *Nordeste* começa a aparecer como símbolo de um Brasil "autêntico" que deveria ser preservado pelas políticas públicas que forçavam o planejamento de um novo Brasil (Martins, 1993).

O Poder Nacional Brasileiro: algumas considerações

É difícil para um observador do final do século XX compreender que a cidadania não era um tema central da modernização nacional na Primeira república e que os direitos do homem não ocupavam lugar privilegiado no debate cultural. Se aceitarmos, todavia, que o imaginário social brasileiro encontrava-se alicerçado numa estrutura de poder comunitária e oligárquica, legitimada pelos valores racistas herdados do escravismo, podemos ao menos entender que estamos face a uma experiência histórica singular no contexto da modernização mundial,

A tentativa de supressão da questão social durante toda esta primeira fase republicana era explicada pela dificuldade da ordem política absorver a simbólica do indivíduo como um fundamento possível para a edificação da sociedade moderna. Pois o caráter revolucionário da modernidade depende do fato da sociedade poder se instituir reflexiva e autônoma através desses indivíduos por ela gerados (Castoriadis, 1975; Elias, 1983, Giddens, 1991b). Nesta ótica, 1930 representou um importante ponto de inflexão do poder patriarcal, na medida em que ele foi obrigado a aceitar as lutas sociais como fatores decisivos na regulação das atividades políticas. Este fato apresentou desdobramentos no plano institucional, pois a máquina estatal teve que se adaptar ao fenômeno de complexificação da sociedade civil cuja existência não mais podia ser ignorada pelos governantes. A criação de um Ministério do Trabalho deve ser citada como um exemplo típico dessas mudanças assinaladas.

Até então, a modernização econômica, política e cultural ficava no mais das vezes restrita a um jogo intra-elites alimentada

por um debate intelectual cujos horizontes eram condicionados pela questão da raça e dos territórios de poder dos "brancos". I.e., a necessidade de criação de novos mecanismos de representação a nível do Poder Estatal para conciliar os interesses oligárquicos heterogêneos terminava aparecendo como algo mais importante que a questão social, a qual, supunha-se, encontraria solução adequada pelas mãos daqueles que Oliveira Vianna denominava de "oligarquias esclarecidas".

As dificuldades da ordem dominante em aceitar a inscrição do texto constitucional republicano no cotidiano político, era explicada pela resistência dessas mesmas elites de abrirem mão de uma lógica de poder particularista e inspirada no racismo - que excluía os negros (e **também** os índios) das possibilidades de serem cidadãos de direito. Como os problemas da modernização nacional eram também o da criação de uma sociedade democrática insinuada pelas lutas urbanas, a recusa de negociação política ou da conciliação arbitrada era muitas vezes seguida de uma repressão brutal e mesmo sanguinária. A aceitação do conflito social enquanto expressão legítima da sociedade dita moderna era, deste modo, simbolicamente interpretada pela ordem patrimonial como a abertura de um precedente que ameaçava o poder instituído. De fato, o reconhecimento real e não apenas formal dos direitos jurídicos à liberdade e à igualdade política de todos os brasileiros, implicaria mudanças culturais e políticas consideradas insuportáveis e desagregadoras para a unidade do grupo no poder.

A questão nacional que motivou o debate cultural em tomo da constituição da nação brasileira encontrava-se, assim, **circunscrita** pelos limites morais e políticos de uma sociedade, que havia optado pela manu-

tenção dos mecanismos de exclusão herdados da tradição escravagista. Logo, no Brasil, a rede social ficou grosseiramente delimitada pela distância que separava "nós", os superiores - superioridade racial, moral, estética, econômica do branco, - dos "outros" - a maioria da população considerada cultural e biologicamente inferior. O debate cultural ficou também amordaçado pela reação oligárquica ao processo de modernização sócio-econômica que tomava a cena política mais complexa pela entrada dos novos atores sociais e políticos. No plano intelectual, esta reação apontava para a centralização do poder estatal e para a criação de novos mecanismos de regulação que não expusessem em excesso o poder oligárquico às críticas da sociedade civil em formação.

A partir de 1930, a presença do Estado forte e centralizador, arquitetado nas três primeiras décadas do século, adquire duas características marcantes: de um lado, a busca de um discurso político suficientemente eficaz para encantar e possibilitar a cooptação das massas populares e, de outro, a absorção por parte dos anéis do poder estatal da heterogeneidade e instabilidade das forças políticas dominantes que compunham a unidade diretiva do sistema. Ambas manifestações evidenciam a historicidade deste poder que se refere saudosamente, no plano simbólico, a um Patriarca que continuava a sobreviver nos interstícios da nova ordem urbana. Por conseguinte, o movimento modernista - nacionalista e regionalista - nos campos da política e da cultura, reproduzia este tipo de inquietação existente no seio das elites, sem que viessem a possuir um cunho efetivamente popular.

Daniel Pécaut observa que o novo formato do Estado produzido por esta reordenação autoritária do poder dominante em

1930, exprime o desejo de uma autoridade sem limite e que guardaria como única referência a *organização*. "Esta é a preservação da sociedade no Estado e do Estado na sociedade". Esta interpretação, continua ele, "não se realiza da mesma maneira quer se trate das massas populares ou dos segmentos organizados da sociedade". No primeiro caso, o Estado deve *civilizar* e *enquadrar*: o autoritarismo é a resposta a um anseio tácito do povo que deseja que lhe apresetado uma imagem de sua unidade . . . A organização é então a relação, sem mediação, do Estado com o povo, relação que confere ao Estado a propriedade de *ser um Estado nacional e popular*.

"No segundo caso, dos segmentos organizados, o corporativismo se traduz por redes institucionais através das quais os interesses variados são articulados pelos conselhos técnicos e as elites, às mais diversas, obtém os meios de coexistir na esfera do Estado" (Pécaut, 1989, pp.44-5).

A crise de 1930 resolveu o debate modernista e modernizador através de uma fórmula autoritária pela qual a cidadania foi transformada numa questão de representação profissional, o que levou Santos (1979, p.75) a sugerir o conceito de "cidadania regulada" para explicar este caso. Assim, São Paulo, base político do interesse dos cafeicultores (mas também dos novos empresários da indústria), foi atingido no coração pelo ardor golpista, sendo este estado federativo acusado por Vargas de ser o principal inimigo do movimento :

"Aqui, a divisão territorial foi feita praticamente de maneira arbitrária sobre o mapa. Certos estados nem mesmo possuíam as condições políticas para tornar-se estado. Durante anos, apenas certas províncias prosperaram. Nosso governo federal ficou sem controle, os governos dos estados federais perderam sua autoridade e aí que começou a época dos distúrbios, das rebeliões e de revoluções que atin-

giram seu **ponto culminante** sob o governo **de Bernardes**. A reforma constitucional praticada em 1924, da qual participei como **líder do Rio Grande do Sul**, **tinha** por objetivo reforçar o **poder executivo** lhe dando **capacidade de** reagir contra a **desordem**... Foi uma reforma **de** urgência e nós **não** consultamos **as** aspirações populares do **povo** brasileiro. As inquietações progrediram e a revolução **de** 1930 explodiu" (peixoto, 1960, p.248).

A representação do Estado como uma instância institucional "neutra", fundada sobre regras "racionalis" e governada por um corpo de elites burocratas "competentes" nos planos técnico e político, surgiu como fórmula ideológica atraente para organizar a fratura política intra-elites. **Por** isto, o Estado ganhou visibilidade como referência mítica importante na operacionalização da modernização conservadora no Brasil, a partir da quarta década deste século. O Estado enquanto encarnação política do Patriarcalismo, supostamente dotado de todas essas qualidades morais, encontrava-se, em consequência, devidamente "legitimado" para coordenar a obra de constituição da "Nação" brasileira na passagem para uma ordem propriamente urbana e industrial. Uma ordem onde os esforços de concentração do aparato político era proporcional às medidas voltadas para desencorajar a autonomia da sociedade civil e os movimentos pela cidadania.

Bibliografia

- ARENDRT, H. (1972), *La crise de la culture*, Paris, Galimard.
- BARUS-MICHEL, J. (1991), *Pouvoir: mythe et réalité*, Paris, Klincksieck.
- BERGER**, P. (1993), "Social sources of secularization" in J. Alexander & S. Seidman (orgs.), *Culture and society*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CAILLÉ, A. (1989), *Critique de la raison utilitaire*, Paris, La Découverte.
- CASTORIADIS, C. (1975), *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil.
- CASTRO, A.B. (1975), *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, vol.II, Rio de Janeiro, Forense.
- DENNIS, P. (1909), *Le Brésil ou XXème siècle*, Paris, Librairie A. Collin.
- ELIAS, N. (1991), *La société des individus*, Paris, Fayard.
- FREYRE, G. (1966), *Manifesto regionalista*, Recife, IJNPSIMEC.
- _____. (1941), *Região e tradição*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- _____. (1961), *Sobrados e mocambos*, 3ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- _____. (1962), *Ordem e progresso*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- _____. (1966), *Casa Grande & Senzala*, 13ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- FREUD, S. (1965), *Totem et tabou*, Paris, Payot.
- GAUCHET, M. (1989), *La révolution des droits de l'homme*, Paris, Galimard.
- GIDDENS, A. (1991a), *As consequências da modernidade*, 2ª ed., São Paulo, Ed. da Unesp.
- GIDDENS, A. (1991b), *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*, Cambridge, Polity Press.
- GODOY, R. (1984), *O regionalismo nordestino*, São Paulo, Modema.
- HABERMAS, J. (1978), *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot.
- HOBBS, T. (1982), *Le citoyen ou les fondements de la politique*, Paris, Flammarion.
- LEFEBVRE, H. (1969), *Introdução à modernidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEFORT, C. (1986), *Essais sur le politique: XIXe e XXe siècles*, Paris, Ed. du Seuil.
- MARTINS, L. (1976), *Pouvoir et développement économique. Formation et évolution des structures politiques ou Brésil*, Paris, Anthropos.
- MARTINS**, P.H.N. (1993), "O regional e o nacional no imaginário desenvolvimentista brasileiro: da nostalgia oligárquica ao fim do Nordeste" in Ximenes, T. (org.), *Novos pa-*

- radigmas e realidade brasileira*, Belém, UFPAINAEA.
- MEDEIROS, J.F. (1978), *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV.
- PECAUT, D. (1989), *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*, Paris, Ed. Maison des Sciences de l'Homme.
- PEIXOTO, A.V. (1960), *Getúlio Vargas, meu pai*, Porto Alegre, Globo.
- SANTOS, W.G. (1979), *Cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Campus.
- STEIN, M. (1979), "O pai devorador" in *Pais e Mães*, São Paulo, Símbolo.
- TOCQUEVILLE, A. (1981), *De la démocratie en Amérique*, Paris, Garnier-Flammarion.
- TORRES, A. (1978), *O problema nacional brasileiro: introdução a um problema de organização nacional*, 3ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- TURNER, B. (1993), *Citizenship and social theory*, London, Sage Publications.
- VIANA, O. (1933), *Evolução do povo brasileiro*, 2ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- WEBER, M. (1964), *Economy and society*, Berkeley & Los Angeles, University of California Press.